

Para onde nos leva a sociedade das redes?

Joaquim Fialho

A sociedade das redes é hoje um dos temas mais apaixonantes das ciências sociais. No reverso da paixão, está a eloquente confusão epistemológica que torna a discussão repleta de sentidos e contrassentidos. Este artigo procura contribuir para a clarificação conceitual da teoria das redes sociais, através de uma revisitação sintética e retrospectiva do estudo das redes e dos seus contributos para a análise sociológica no contexto da pós-modernidade. Após a clarificação conceitual, o autor enceta uma discussão heurística e etnográfica em torno dos caminhos reticulares. Partindo da questão: para onde nos leva a sociedade das redes? o autor, através de um discurso de análise sociológica, procura refletir sobre a construção das identidades, utilizando o conceito de identidade reticular infantilizada, para se reportar à exposição do comportamento dos utilizadores das redes sociais virtuais. Seguidamente, a reflexão centra-se nas novas formas de solidão, desenvolvendo uma reflexão em torno do “nunca estivemos tão (des)ligados”, criticando as novas formas de interação mediadas por objetos. Hoje, as redes sociais virtuais em particular e, o ciberespaço em geral, são o novo “petróleo” da sociedade da “ganância” em que a exploração dos utilizadores surge através de uma lógica de perfeita leveza. O artigo termina com a ponderação em torno dos limites do espaço privado e do público nas novas formas de sociabilidade que resultam dos processos de interação nas redes sociais virtuais.

Vivemos na sociedade das redes. Nunca estivemos tão conectados e, simultaneamente, tão distantes. Bem sei que a afirmação é provocatória e enceta uma multiplicidade de discussões apaixonantes nos mais diversos campos científicos. Será que estamos mais afastados ou será que fomos absorvidos por novas dinâmicas de interação social e lógicas de sociabilidade sobre as quais ainda não tivemos tempo de reação? Procurarei, na segunda parte deste texto, ensaiar algumas respostas, não definitivas, e contribuir para a reflexão sociológica sobre o assunto.

Hoje, todos nós falamos de redes e interagimos através de redes. A sociedade é, indiscutivelmente, a mais complexa e ancestral rede social. Erroneamente, em alguns discursos, as redes sociais são uma descoberta da contemporaneidade. Nada mais errado de que pensar deste modo. As redes sociais, sobretudo, as virtuais, reclamam, erroneamente, um lugar no campo das novidades das sociedades pós-modernas.

De fato, as redes sociais virtuais (prefiro chamar-lhe plataformas de comunicação virtual) são uma invenção deste século, ao invés das redes sociais que, numa perspectiva sociológica mais abrangente, nos remetem para o início da interação social humana. Sei bem que esta minha perspectiva não é pacífica! O conceito de rede social, massificado e amplamente difundido nos nossos dias, tem para as ciências sociais um carácter polis-

sêmico e de difícil delimitação conceitual. Está imbricado numa complexa e exposta confusão de sentidos e contrassentidos.

Esta perplexidade do conceito de rede é enfatizada quando lhe associamos a dimensão “análise”, configurando uma discussão complexa e com várias dimensões conceptuais. Ou seja, os desenvolvimentos de perspectivas multidisciplinares de análise de redes sociais vieram, também, introduzir uma maior mesclagem conceptual na difícil tarefa de compreender o que são as redes sociais.

De forma a contribuir para a clarificação conceitual dos entendimentos sobre o que falamos, quando falamos em redes sociais, importa vincar no debate que uma rede social:

“Pressupõe um conjunto de nós que se encontram em interligação regular e que estimulam uma dinâmica e evolução da rede muito própria. Uma rede social é um conjunto de pessoas, grupos, organizações, etc. (atores) que se encontram ligados (nós) por relacionamentos sociais, imbuídos, por exemplo, por lógicas de cooperação, partilha, amizade (tipo de laços) e, através destas interações, desenvolvem e dinamizam uma estrutura social com uma identidade relacional muito própria, formando um ecossistema da rede” (Fialho, Saragoça, Baltazar & Santos, 2018, p.20).

Todavia, nas ciências sociais, é muito difícil encontrar consensos sobre o melhor foco para descodificar uma determinada realidade social. A cada vez maior (in)precisão do conceito de rede que se tem polvilhado pelos discursos, remete-nos para uma complexa e exposta confusão de sentidos e contrassentidos. Por conseguinte, neste quadro dos sentidos e contrassentidos da «rede», está presente um ponto comum, ou seja, uma relação que se estabelece entre duas ou mais partes. Obviamente que o conceito se torna complexo e mutável de acordo com o contexto em que é utilizado, pressupondo um aprofundado trabalho de reflexão conceptual.

A concepção de redes atravessa uma multiplicidade de ângulos e fenómenos sociais. Para o sociólogo, o conceito de rede apresenta uma dinâmica descritiva e explicativa nos diferentes fenómenos sociais, razão pela qual é fundamental diferenciar a concepção de rede da concepção de rede social. Apesar da tradição filosófica de cerca de uma centena de anos, na década de 90 do século XX, os estudos sobre redes passaram a beneficiar de uma multiplicidade de significados associados à globalização, sociedade da informação e cibercultura. Hoje, a rede remete-nos para uma concepção ampla, que decorre do uso em vários domínios: redes organizacionais, redes informáticas, redes virtuais, redes de comunicação, entre outras, num quadro de heterogeneidade condicionado pelo marco teórico e pelas opções metodológicas que nos ajudam a compreender as redes.

Tendo por base a multiplicidade dos contextos supracitados anteriormente, importa questionar: Para onde nos leva a sociedade das redes? O olhar para o caminho é o olhar do sociólogo, cujo foco assenta fundamentalmente na construção e descodificação de novas lógicas e formas de sociabilidade.

É este o desafio deste texto que, tendo como ponto de partida um enquadramento conceitual da teoria das redes, procura lançar, na segunda parte, uma reflexão sobre os caminhos da sociedade das redes à luz de um conjunto de reflexões sociológicas que resultam do trabalho etnográfico do autor ao longo das últimas duas décadas.

1. Teorizando sobre redes sociais

1.1 Um olhar retrospectivo

O conceito de redes sociais abarca em si mesmo um conjunto de correntes provenientes de várias disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia e a matemática dos grafos (Fialho, 2008). A análise de redes sociais tem a sua origem em teorias antropológicas (funcionalismo estrutural britânico), psicológicas (Gestalt) sociológicas (sociometria e estruturalismo funcional norte-americano) e em teorias matemáticas, como a teoria dos grafos.

Os conceitos fundamentais numa rede social são os atores, os nós e as ligações que nos permitem, através da visualização gráfica, uma radiografia da estrutura social. Para Requena Santos trata-se de “uma via muito interessante de explicação da realidade social” (2003, p.3). Um ator pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, ou seja, qualquer unidade social, enquanto uma ligação é a conexão entre dois atores. Ao conjunto dos atores e as suas ligações chama-se grupo e são denominados subgrupos quando os atores e respetivas ligações são parte ou subconjunto do grupo. Ao conjunto de ligações de um tipo específico entre os membros de um grupo chama-se relação.

Do ponto de vista da evolução cronológica, a gênese das redes sociais remete-nos para os anos 30 do século XX, tendo sido movida pelo interesse de estudar as relações sociais em pequenos grupos sociais. Psicólogos alemães da Gestalt abandonaram o seu país para se instalarem nos Estados Unidos da América, onde desenvolveram várias linhas de investigação. Kurt Lewin estudou o conceito de “distância social”, bem como a sua representação gráfica e formalização matemática. Moreno desenvolveu sociometria, não como uma técnica, mas como um paradigma. Fritz Heider defendeu o pressuposto de que uma rede de relações interpessoais se deve reger pelo “equilíbrio” ou “balanço” (Molina, 2001; Fialho, 2008; Silva, Fialho e Saragoça, 2013). Esta ideia foi retomada, em 1965, por Harary, Norman e Cartwright, com a aplicação da análise de grafos à análise social.

Um dos alunos australianos de Radcliffe-Brow, o antropólogo Lloyd Warner deslocou-se para Harvard, em 1929, para desenvolver um trabalho de investigação científica com o seu colega Elton Mayo, psicólogo social. Ambos participaram nos estudos de Hawthorne, desenvolvidos na Western Electric Company de Chicago. Estes estudos tinham como principal objetivo a identificação da influência dos aspetos psicológicos e sociais no rendimento dos trabalhadores. Estes estudos foram realizados com muito rigor e durante muitos anos, com múltiplas experiências interessantes para o quadro da teoria organizacional, psicologia social, sociologia e antropologia. Destes estudos sublinha-se para a análise de redes sociais a identificação de subgrupos (cliques) no sistema de relações sociais.

Entre vários ganhos, os estudos de Hawthorne vieram possibilitar a identificação de cliques, conjuntos de pessoas com laços informais que explicam a sua conduta no quadro do seu trabalho. Mesmo sem recorrer a Moreno, foram desenvolvidos sociogramas que procuraram evidenciar claramente a existência de alguns agrupamentos de pessoas.

Warner abandonou o estudo antropológico que estava a realizar numa organização para canalizar os seus esforços para o estudo de uma pequena cidade de New England City, em Newburyport (co-

nhecida como Yankee City). Regressou a Chicago para se reagrupar a Radcliffe-Brown, onde iniciaram e desenvolveram o estudo das comunidades do sul dos Estados Unidos. Estes estudos defenderam a tese de que não só existem relações entre pessoas, mas também os grupos de que estas fazem parte articulam-se entre si, numa complexa rede de relações que explica a integração global no sistema social. Por influência destes investigadores passou-se a ter em conta as matrizes que relacionam pessoas e situações, grupos e classes sociais.

Também a análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco de Claude Lévi-Strauss, na década de 40, conduz-nos à importante noção de que “a ideia de rede social é orientada para a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que ultrapassam os limites dos grupos e categorias” (Fialho, 2008, p. 185).

Igualmente, em 1954, o conceito de rede social foi utilizado pela primeira vez pelo antropólogo britânico John Barnes, que através da análise das relações entre pescadores de uma pequena comunidade, considerou que a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam numa teia de relações (Fialho, 2008; Molina, 2001).

Os anos 50 e 60 foram caracterizados por inúmeras investigações que identificam a escola de Manchester como um marco essencial para a gênese das redes sociais. Entre vários investigadores destacam-se os nomes de: John Barnes, que em 1954 foi o primeiro investigador a utilizar o termo rede; Elisabeth Bott e os seus trabalhos “Família e Rede Social”, que introduz o termo “conectividade”, em 1955; e por fim, Clyde Mitchell que, em 1969, advoga que a análise de redes sociais possibilita uma visão complementar à visão tradicionalmente instituída. Entre os contributos desta escola contam-se ainda os de Kapferer, a quem pertence o conceito de “multiplicidade”, ainda hoje utilizado em análise de redes sociais, bem como o contributo de Mayer, através da introdução dos “vínculos fortes e vínculos débeis”.

Em meados dos anos 70, Harrison White com o seu grupo de Harvard – Lorrain, Boorman, Breiger e Levine –, desenvolve modelos matemáticos das estruturas sociais. Daqui resultou a concepção de medida de equivalência estrutural, marcando decisivamente o quadro da investigação da análise de redes sociais, possibilitando também uma ruptura com a sociometria clássica, isto é, a passagem da relação entre os atores para a relação entre as posições estruturais.

Quase simultaneamente, Ronald Burt, na Universidade de Chicago, expandia uma nova técnica que tinha também por base o mesmo objetivo: enquadrar os atores em categorias semelhantes ou distintas, de acordo com as relações semelhantes ou distintas que mantinham na rede. Estes avanços foram decisivos: a interação dos atores conduz até à

definição das posições do sistema social; a partir da relação entre essas posições à estrutura do todo. Com este passo, a análise de redes deixa de se circunscrever única e exclusivamente ao processo de análise de pequenos grupos e de redes ego-centradas em benefício da análise de situações macroestruturais. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de um instrumento que permite identificar as posições e explicar os comportamentos em situações sociais que aparentemente tinham uma estrutura subjacente, tais como movimentos sociais, associações voluntárias e subculturas marginais.

Na linha da explicação das posições e comportamentos sociais, a teoria do ator rede (ANT), de Law (1999), Latour (2005) e Callon (1999), que, apesar de alguma controvérsia no quadro da sociologia crítica, veio enfatizar a ideia de que os atores, humanos e não humanos, estão sistematicamente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais. Trata-se, aqui, nas palavras de Law (1994), de uma sociologia de verbos e não de uma sociologia de nomes. Conceitos como nível, camada, território, estrutura, sistema, entre outros, recorrentemente utilizados no quadro das ciências sociais, não são compreendidos como determinações, que estariam “por trás” dos processos empíricos analisados. A teoria do ator-rede foi construída à luz de uma perspectiva construtivista e sustentada nos conceitos de “tradução e rede” e de dois dos princípios preconizados por Bloor (1976): o “princípio de imparcialidade”, em que não devemos conceder um privilégio àquele que conseguiu a reputação de ter ganho e de ter tido razão face a uma controvérsia científica; e o “princípio de simetria”, em que os mesmos tipos de causas podem explicar as crenças verdadeiras e as crenças falsas, contribuindo para a compreensão do conceito de rede no quadro da sociologia contemporânea.

A teoria do processo e da figuração de Norbert Elias (1994) sustenta-se na relação funcional da interdependência recíproca que se estabelece entre os indivíduos que vivem em sociedade. Elias ultrapassa o campo das dicotomias já determinadas, na medida em que estabelece, a priori, uma relação de interdependência entre o indivíduo e a sociedade. Esta perspectiva pretende construir modelos de análise e descodificar, a longo prazo, as alterações nas estruturas sociais, de forma a que se possa visualizar o sentido do seu curso. Outro contributo deste modelo conceitual, além da noção processual, é a ideia de figuração, assente na compreensão das organizações sociais (família, escolas, cidades, estratos sociais) como sendo formadas pelas relações de interdependência entre os indivíduos. No processo de figuração são analisadas as dinâmicas das inclinações individuais que levam várias pessoas a agruparem-se e

formarem uma sociedade. Nesta linha, os sentimentos e os padrões de comportamento individual são tidos em consideração com a análise da macroestrutura social.

Em Elias (1994) e Latour (2005) é possível sustentar a ideia que não estamos sozinhos nem afastados do mundo e que estamos ligados por uma teia de interdependências que formam uma rede. Com esta lógica de rede de interdependências de Elias, e com a rede de associações entre humanos e não humanos de Latour, o papel que desempenham a trajetória dos sujeitos e a ambivalência e a interdeterminação no fluxo da ação desaparecem.

Esta lógica da interdependência e da rede de associações preconizadas por Elias e Latour, enquadra-se numa linha de complementaridade com a “liberdade dos atos” de Goffman (2003). Isto é, a proposta de análise dos padrões de interação de Goffman insere-se numa linha da sociologia que procura pensar a sociedade a partir dos vínculos entre espaço e vida social. Na sua obra, o autor procura estabelecer, por um lado, uma análise sociológica que visa conhecer o mundo social ainda pouco conhecido por parte da sociologia, ou seja, manicômios, prisões e conventos, os quais designou de instituições totais.

Por outro lado, procurou também analisar o comportamento dos atores sociais nos lugares públicos onde o indivíduo beneficia de uma certa “liberdade” na prática dos seus atos. Esta perspectiva analítica desvenda que, nesses locais, evoluem formas de interação entre atores sociais que procuram, de várias formas, manter a estruturação do eu (self), enquanto elemento inserido dentro de um contexto social.

Numa linha mais formalista das interações sociais, os analistas de redes sociais dos anos 80 sustentam um grande boom no desenvolvimento da análise de redes sociais. Entre estes avanços, destacam-se: o conceito de autonomia estrutural de Burt (1992) e de *embeddedness*, em Granovetter (1973); o conceito de capital social desenvolvido por Coleman (1988) e Granovetter (1973), entre outros; os trabalhos de Marsden e Lin (1992), Friedkin (1984), Burt (1992) e Valente (1995), que sustentam uma visão mais dinâmica da análise de redes, pois postulam a *Social Network Analysis* como canais que os atores utilizam para influir nos comportamentos de outros.

A partir dos anos 80, a análise de redes sociais começou a ganhar maior protagonismo, principalmente devido aos avanços no campo da matemática e da estatística, bem como aos avanços técnicos da área da informática, com a consolidação de aplicações para mapeamento da estrutura social. A divulgação científica através de revistas on-line, a criação da organização profissional INSNA (*International Network for Social Network Analysis*), a realização de conferências e congressos da especialidade (Sunbelt), a dinamização de revistas

temáticas (*Connections, Journal of Social Structure, Social Networks*, Revista Redes), a par da coleção especializada dirigida por Mark Granovetter na *Cambridge University Press*, são marcos na consolidação da análise de redes sociais enquanto metodologia científica.

Atualmente a análise de redes sociais é aplicada nas disciplinas de origem, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a matemática dos grafos, como também em áreas como a ciência política, a economia, a física, a biologia e a informática, entre outras. Do ponto de vista da investigação podemos encontrar dois tipos de estudos. Por um lado, o estudo da “rede total”, no qual o investigador estuda os laços de todos os atores que compõem o universo em estudo; e, por outro lado, as redes “egocêntricas”, em que o ponto de partida é o indivíduo (ego) que se encontra no centro da rede. Este tipo de estudo assume uma maior preponderância em temas como a integração social, o acesso a recursos e a estrutura de interações de um dado indivíduo.

1.2 Redes Sociais, ação e ciência das redes

A ação humana é social na medida em que os interessados têm em conta, na orientação da sua ação, a existência de objetos sociais ou culturais no seu ambiente. Esses objetos sociais podem ser outros atores com os quais estão em interação, símbolos, valores, normas, ou as representações que pertencem ao universo cultural no qual está mergulhada toda a ação humana. Com efeito, a interação entre os atores supõe a existência dum universo cultural no qual se estabelece a comunicação. Podemos dizer, portanto, que a presença de objetos culturais é mais necessária à ação social que a presença de outros atores. Assim, pode haver ação social sem a presença de outros atores, desde que haja a presença significativa de objetos culturais.

Decorre deste entendimento que a sociologia da ação concebe o sistema como algo derivado da ação e interação social e os indivíduos como seres ativos que produzem e transformam o sistema. Esta forma de fazer sociologia assume os homens como sujeitos que conferem sentido às suas ações, como criadores que definem a sua vida, ou seja, as situações e os meios mediante os quais procuram alcançar os seus objetivos, as ações que empreendem e as relações sociais que estabelecem para atingirem os seus fins.

Desta forma, a sociedade emerge como o resultado duma atividade intencional e da capacidade humana de construir sentidos e de atuar em conformidade com eles. Resumidamente, a sociedade é produto da ação e da interação dos seus membros; a realidade social é assumida como uma coletividade de pessoas que atuam individualmente e coletivamente, numa dinâmica e

num contexto que o sociólogo tenta captar e compreender através de um quadro analítico que reconheça as suas estruturas, movimentos e constrangimentos.

Segundo Mancur Olson (1998), nem todos grupos são igualmente impelidos para a ação coletiva. O autor identifica três tipos de situações: a primeira é aquela em que os membros de um grupo não adquiriram consciência do interesse comum, ou já o fizeram, mas os custos da ação são maiores que os benefícios que transporta, pelo que, neste caso, estaremos perante um grupo latente, onde a possibilidade de ação coletiva é nula. Uma segunda situação pode ser considerada aquela em que os membros partilham objetivos claros, mas em que assumem os custos para sua obtenção como de intensidade equivalente aos possíveis benefícios, e, por conseguinte, embora semi-organizados, estes grupos têm fraca possibilidade de ação. Numa terceira situação, estaremos perante um grupo social bem organizado e mobilizado por uma situação em que os custos são claramente superados pelos benefícios da ação, logo, com elevada possibilidade de ação coletiva.

Nesta linha, Isabel Guerra (2000) considera que compreender a ação coletiva exige o entendimento de alguns pressupostos, a saber:

- O sujeito (individual ou coletivo) é um ator capaz de cálculo e de escolha num contexto de “racionalidade limitada” quer pelos constrangimentos do sistema quer pelo desconhecimento dos contextos de ação e/ou das consequências da sua ação;
- As estruturas sociais são produzidas num contexto de ação coletiva e coletivamente suportadas pelos atores, recusando-se, porém, por um lado, a ideia de que as “estruturas” que organizam os sistemas e os “modos de ação coletiva” são “dados naturais” que aparecem espontaneamente e cuja existência seria, por si só, resultado automático de uma dinâmica qualquer e, por outro lado, que as estruturas resultam da mera soma linear das decisões individuais em vez e não das condições encontradas pelos atores no quadro de recursos e capacidades específicas e historicamente datadas;
- A mudança acontece através de uma ação concertada de atores em função de objetivos coletivamente definidos;
- As dinâmicas sociais dos “sistemas de ação concretos” resultam de relações sociais entendidas como relações de poder, ou seja, como relações caracterizadas por uma troca desigual, que comporta sempre uma base de negociação potencial, por alguma instabilidade e
- conflitualidade comportamental, considerada como normal, e por acentuado carácter contraditório e complexo do comportamento dos atores;
- As dinâmicas sociais, ainda que assumidas como dinâmicas interdependentes, não são necessariamente coincidentes entre ator e sistema (aqui entendido como um “sistema de ação concreto”, caracterizado pela interdependência entre o ator e o sistema e balizada por um mínimo de ordem, por detrás da aparente desordem das estratégias dos atores individuais e coletivos.

Os atores relacionam-se entre si em função de lógicas específicas, fluidas e variáveis consoante os contextos, no que pode ser considerado um «jogo». Segundo Isabel Guerra (Guerra, 2006), o jogo estratégico de atores decorre de uma relação dinâmica e complexa mantida entre organizações cujos comportamentos são orientados pelas relações de força e pelos conflitos de interesse existentes entre eles. Assim, é fundamental:

"Identificar os sistemas de relações complexas que se desenvolvem entre os atores individuais, instituições e/ou esferas de atividade diferentes, bem como os seus interesses, imagens mútuas e níveis de adesão aos objetivos propostos" (Guerra, 2006, p.19).

Citando François Eymard-Duvernay (1999), aquela autora esclarece que, embora a racionalidade dos atores não seja suficiente para entender a complexidade das interações entre atores, o ponto de partida do jogo estratégico de atores é o reconhecimento da sua heterogeneidade, da heterogeneidade dos seus projetos e da existência de interesses contraditórios.

No quadro deste jogo dos atores partilhamos do postulado que os contributos da análise de redes sociais se enquadram em dois debates fundamentais da tradição sociológica. O primeiro está associado ao estatuto das análises micro na construção da macro-sociologia. O segundo está associado à relação entre a estrutura social e a ação individual. De um modo geral, a teoria das redes postula que a teoria sociológica macro-estrutural deve ser construída sobre funções micro, isto é, o nível interpessoal deve fornecer bases para explicar atividades e estruturas de níveis mais elevados de agregação.

A teoria das redes enquadra-se numa dimensão meso-sociológica que procura dar respostas e construir explicações sobre o comportamento dos indivíduos através das redes em que se encontram envolvidos e, por outro lado, explicar a estruturação

das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos em associação simultânea com as suas motivações. Nesta relação recíproca entre a ação indivíduo/sociedade e sociedade/indivíduo prevalece uma preocupação comum em explicar a estrutura social.

Nesta discussão conceitual sobre a ação, prevalecem várias linhas conceituais que alimentam o debate. Na linha conceitual do *actor-network theory* que resulta dos estudos sobre a ciência de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (1989), procura-se compreender os constrangimentos normativos, atributos pessoais ou os efeitos cumulativos das várias interações sociais. É por esta razão que o debate sobre a sociologia da ação se encontra associado à discussão sobre as dinâmicas de análise relacional que encontramos na estrutura social. O desafio é o de perceber como a ação influi o comportamento social e como o comportamento social recebe influência das redes sociais.

A análise de redes sociais parte do pressuposto que as relações sociais são a célula base da sociedade, pois ajudam a identificar a interdependência de indicadores de vários tipos. Considerando que o “social” é um campo complexo por natureza em que atuam várias áreas do conhecimento, um dos desafios que se coloca à análise de redes sociais e aos seus utilizadores é, justamente, identificar o posicionamento e as estratégias de ação num quadro de complexidade de atuação em que cada investigador procurará uma utilização particular dentro da polissemia de análise. Por outro lado, sendo a análise de redes sociais um método sociológico rigoroso de modelização, frequentemente indutivo das estruturas relacionais na sociedade, é flexível, pois propõe a configuração entre matrizes de diversa natureza para fazer interagir uma série de elementos conceptuais para percepção das interações sociais.

Esta perspectiva indutiva pode ser uma fragilidade na análise se não houver cruzamentos de indicadores com outras lógicas de análise. Apesar dos avanços estatísticos e informáticos que sustentam a atualidade da análise de redes sociais, identifica-se ainda uma margem significativa para a consolidação da lógica dedutiva.

Simultaneamente, o método é utilizado para a contextualização dos comportamentos e para alcançar a visualização, de forma sistemática, da dimensão relacional (que muitas vezes se torna invisível) das conexões sociais de uma sociedade, privilegiando uma lógica estrutural em conciliação com uma lógica atributiva.

A análise de redes sociais é mais que um instrumento a serviço da Teoria da Ação Coletiva, que potencia a redefinição conceitos disciplinares e produz conhecimento novo, a partir de perspectivas que contextualizam a visão do investigador. Sendo este oriundo de diferentes áreas do conhecimento, terá condições de equacionar o mesmo problema de

forma inovadora, considerando que cada investigador tem a sua identidade epistemológica. Sendo uma metodologia que se encontra em fase de consolidação-expansão, estamos em crer que este fator será um aliciente para a adesão de novos investigadores no reforço da abordagem estrutural das interações sociais.

A interdependência social das redes não pode ser compreendida pela mera formalização matemática e de visualização de grafos. Outro dos desafios que se coloca é o desafio da qualidade da pergunta, de forma a proporcionar fundamentação teórica de cada matriz.

A produção do conhecimento sobre o contexto social e das relações nas redes deve ir além da mera visualização das interações ou da construção de fórmulas matemáticas. O desafio é o da sustentação da análise em fórmulas que permitam compreensões verdadeiramente aproximadas da realidade social, evitando a tendência da matematização abstrata da interação social.

Neste momento a análise de redes sociais está num duplo patamar. Por um lado, numa fase de consolidação no meio académico e, por outro, tal como refere Mercklé (2004), numa fase de “popularidade crescente”. O uso corrente do termo “rede social” e a recorrente utilização na comunidade académica, científica e política deixa em aberto uma grande variedade de objetos e fenómenos que nos permitem falar em algum sucesso desta linha metodológica.

Este sucesso resulta do desenvolvimento exponencial das comunicações que permite a existência de conexões onde anteriormente se verificava o isolamento e, simultaneamente, a valorização das relações entre as pessoas e objetos vêm confirmar a importância da análise de redes sociais como ferramenta do conhecimento interativo (entenda-se fluxos de relações entre objetos)

Este processo de consolidação ganhou substância durante os anos 90, fazendo emergir uma “nova ciência das redes” (Watts, 2003). Tal como Watts (sociólogo e doutorado em matemática aplicada), Marck Buchanan ou Barabási (2003) cruzaram conhecimentos ciências sociais, matemática, física, da engenharia, medicina e biologia na sustentação de um mundo em que “tudo está ligado”.

É por esta razão que Wasserman & Faust (1999) se reportam à importância da adesão de investigadores de várias áreas como fator de consolidação, considerado a forma diversificada como cada um, no seu sector, explora as potencialidades da análise de redes sociais em diferentes domínios e sustentam uma forte lógica de interdisciplinaridade. Simultaneamente ocorre uma passagem duma posição minimalista da análise estrutural das redes em que o conceito era apenas uma metáfora útil para complementar algumas análises, para uma posição maximalista.

Este argumento é sustentado por Wellman & Berkowitz (1991) em que as estruturas sociais podem ser representadas como redes – conjuntos de nós (ou membros de um sistema social) e conjunto de laços que representam as suas interconexões.

Esta ideia dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras coletividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós».

Também, nesta linha de consolidação, Wasserman & Faust (1998) sustentam quatro princípios fundamentais para a consolidação da teoria das redes sociais:

- 1) Os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas
- 2) Os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais)
- 3) Os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou consagram a ação individual
- 4) Os modelos de redes conceitualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre atores.

Apesar de não defendermos a existência de um verdadeiro paradigma nas ciências sociais quando falamos na teoria das redes, aceitamos que o caminho será para uma massificação face ao atual contexto da globalização. Por esta razão, a obra de Samuel Leinhardt, "Social Networks. A Developing Paradigm" (1977) será uma das referências recorrer para sustentar o culminar deste caminho.

Por esta razão, não podemos falar de um novo paradigma no sentido kuhniano em que a teoria "esmaga" as correntes e enfraquece institucionalmente as suas rivais. Apesar das razões legítimas de várias linhas teóricas, a análise de redes sociais carece ainda da hegemonia que sustentou o funcionalismo. Por esta razão, entendemos que a análise de redes sociais ocupa uma posição de metodologia em forte crescimento, caminho este que poderá culminar num novo paradigma nas ciências sociais e humanas.

2. Para onde nos leva a sociedade das redes?

2.1 A construção de uma identidade infantilizada

O que me desperta interesse nas redes sociais virtuais é o comportamento infantilizado dos seus usuários. As formas como alguns usuários exibem o corpo, fotos, mensagens, enfatizam espaços e produzem comportamentos, permite-me observar uma transformação relacional num palco virtual que, verdadeiramente, não coincide com o real. Heuristicamente, esta minha observação, permite-me identificar novos processos de socialização que desembocam em novas lógicas de construção das identidades.

A tese de Berger e Luckmann (2004) sublinha que a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade com a sua definição social que, por sua vez, o situa no conjunto social. Assim, a identidade social é simultaneamente inclusão, pois só fazem parte do grupo aqueles que são iguais sob determinada perspectiva – e exclusão – visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros. É aqui que importa refletir heurísticamente.

As redes sociais virtuais são, hoje, um espaço privilegiado em que o usuário, para além dos inputs que oferece à rede, beneficia em grande medida dos outputs, criando um ciberespaço relacional de forte influência na construção das identidades e gerando uma panóplia de comportamento reproduzíveis. Por exemplo, a imensidão de desafios que hoje são lançados e se tornam virais constitui, não só um efeito bola-de-neve, mas também de reprodução / inclusão, tornando os usuários consumidores destas práticas, cuja lógica é: quanto mais arrojado, melhor! Vejamos alguns exemplos destes comportamentos pavlovianos.

O desafio mais recente das redes sociais virtuais assenta na música "*In my feelings Challenge*", do rapper canadiano Drake. O objetivo é dançar dentro, ao lado ou por cima de carros em movimento e foi lançado pelo humorista norte-americano Shiggy, que partilhou no Instagram um vídeo no qual dança a coreografia do refrão da música, enquanto vários carros passam atrás. Como qualquer desafio na internet, foi evoluindo e em alguns casos tornou-se até mais desafiante e mais arriscado.

A versão mais popular consiste em fazer a coreografia ao lado do carro enquanto o veículo continua em movimento, havendo já a versão em cima de uma moto em movimento. Várias celebridades já aderiram ao desafio, entre elas o ator Will Smith (bastante arrojado) e o DJ Steve Aoki. Outro exemplo: o meia inglês Dele Alli, de 22 anos, marcou um gol na sua estreia com a camisa

do Tottenham e celebrou de forma peculiar, o que despertou muito interesse por parte do público. O gesto de colocar a mão sobre o olho tornou-se viral e passou a chamar-se "Dele Alli Challenge". Não demorou muito até surgirem milhares de fotografias e vídeos nas redes sociais com o desafio, bem como versões mais difíceis que, ao contrário de grande parte dos desafios executados nas redes sociais, não apresenta qualquer perigo. Hoje, são milhares os desafios que polvilham as redes sociais virtuais. Face ao que referi anteriormente, podemos assumir que a identidade dos indivíduos se forma a partir da relação com os restantes elementos da sociedade, podendo, dependendo das dinâmicas das relações criadas, manter-se ou alterar-se. Sublinham Berger e Luckmann (2004) que a:

"identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a" (Berger e Luckmann, 2004, p.179).

Os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido, como a redes sociais virtuais são, inquestionavelmente, geradores de interações que influem e contribuem para a construção da sua identidade, sendo, portanto, um processo bastante dependente das relações sociais do indivíduo. As identidades sociais são, deste modo, constructos sociais plurais, elaborados em contextos específicos de vivência e de relacionamento sociais. Se assim não fosse, não seria possível falar de identidades e das influências das redes sociais virtuais na construção das identidades.

Assim, sabendo que falar em identidades e na sua construção implica referir a relação entre indivíduos e os contextos, as redes sociais virtuais são, hoje, um palco infantilizado para a reprodução de alguns comportamentos sociais que nos fazem questionar a "velha" dicotomia sociológica do que é normal e o que é patológico?

2.2 Nunca estivemos tão (des)ligados

Os sociólogos começam agora a estar focados nas lógicas que sustentam os novos processos de solidão: a digital. Hoje, importa perceber "como a rede que liga tudo e está desligada de tudo" (Ferraris, 2018, p.59). Parece contraditório, mas caracteriza as práticas das sociedades desenvolvidas e trata-se de um facto social.

Simultaneamente ligados e desligados. Nesta fase do desenvolvimento civilizacional em que estamos mais ligados do que nunca, parece ser paradigmático estarmos a falar de isolamento e solidão. É sabido, e fruto de consensos, que os fenómenos sociais têm sempre uma multiplicidade de ângulos de análise.

O ser humano é eminentemente social e necessita do estabelecimento de interações sociais para a sua satisfação e integração num determinado grupo e/ou comunidade. Em oposição a este princípio elementar da vida em sociedade, a solidão surge como um estado de alguém vive afastado do mundo ou isolado do meio ou grupo social. Não pretendo aqui construir uma tese maquiavélica sobre os consumos de produtos virtuais. Porém, parece-me, que estamos perante um novo quadro axiológico de relações sociais que secundarizam a função presencial, o *face to face*.

A compreensão da solidão no quadro da modernidade pressupõe um olhar para o ritmo alucinante das transformações sociais e para as configurações que a dinâmica social virtual incute aos atores sociais. Este individualismo egoísta e paradoxal, construído e alicerçado pelas lógicas consumistas, pela valorização do material e pela hipócrita rejeição do outro, tem conduzido a uma sociedade dos bens materiais, em detrimento duma sociedade dos valores da solidariedade e da partilha.

Vivemos numa constante subordinação às "armas" como lhe chama Ferraris (2018), sem que tenhamos tempo de reação. Recebemos fluxos predominantemente unidireccionais que nos condicionam e isolam. De facto, este "bombardeamento" torna-nos mais frágeis e (des)ligados.

Estamos submetidos não a um fluxo de informação, mas a um bombardeamento de chamadas, vinculativas porque escritas e individualizadas, isto é, enviadas apenas para nós, que nos impelem à ação (no mínimo, à reação: a mensagem solicita resposta, e não o fazer gera responsabilidade). O que suscita um sentido de constante inadequação e frustração, ou seja, o inverso da condição de plenitude e de realização que acompanha o facto de se levar a termo um projeto ou um objeto. Estamos permanentemente em falha e, a longo prazo, esta situação torna-se estrutural (Ferraris, 2018, p.49).

Quando no final do século passado os sociólogos começaram a estudar a sociedade das redes e a sociedade da informação, estariam certamente distantes de pensar que, o início do novo século, seria o de pensar a utilização das redes e a gestão de tanta informação (não confundir informação com conhecimento). De facto, hoje temos mais informação e menos conhecimento. Temos mais redes e menos contactos. Temos mais amigos e menos laços.

Temos mais plataformas e menos formas de promoção do contacto pessoal. O toque foi substituído pelo *touch*. Vemo-nos mais e conhecemo-nos menos. Enfim, parece-me que estamos mais desligados. 2.3 Redes Sociais. O novo "petróleo" da sociedade da "ganância".

Pode parecer confuso para o leitor esta minha menção da palavra "petróleo" num texto de reflexão sociológica. Tentarei explicar em poucas palavras a metáfora.

A sociedade das redes em que vivemos, e a força que as plataformas de comunicação virtual assumem nas sociedades contemporâneas, fazem com que os algoritmos funcionem como elemento estrutural na dinâmica do ecossistema digital, mapeando o alcance da sua influência, a qual vai para além do digital. "Antes de ser um absoluto do saber, a web é um absoluto do poder, um aparato que torna possível a mobilização" (Ferraris, 2018, p.77). Influenciar pessoas, organizações, políticas públicas, usos, hábitos, práticas, etc., assume hoje, nas sociedades desenvolvidas, um peso tão significativo como o do petróleo.

O ambiente digital é numérico. É mediado pelo número que, por sua vez, permite a existência do algoritmo como pilar de ações. Tratam-se de estruturas codificadas para a transformação de inputs de dados num desejável e influenciador output, baseados em cálculos específicos cuja programação nos pode levar para limites incalculáveis. Trata-se de um novo poder, com níveis de preponderância e influência semelhantes ao petróleo.

Em analogia ao petróleo, os dados pessoais funcionam como moeda de troca em negócios que geram milhões às empresas tecnológicas. O caso mais recente do "petróleo dos dados" das sociedades desenvolvidas implica o Facebook, com o escândalo dos 50 milhões de perfis roubados para *Cambridge Analytica* para influenciar as eleições norte-americanas. Dados são poder ou, no mínimo, um degrau para lá chegar. Não vou explorar o caso nesta reflexão. Fica a ilustração.

Sempre que preparo uma deslocação que implica o alojamento num hotel, e recorro a uma plataforma, sou imediatamente inundado com ofertas publicitárias a anunciar restaurantes, empresas de *rent a car*, lojas de tudo e mais alguma coisa, e uma imensidão de bens e serviços que nos fazem, de forma quase insaciável, dizer que sim. Coisas do petróleo dos dados.

Na retaguarda desta aparente coincidência está um contrato assinado pelos usuários e um dizer que sim, sem que nos apercebamos que o preço do uso é a oferta de uma parte de nós: os nossos dados.

Quando criamos uma conta de correio eletrónico, fazemos um registo nas redes sociais virtuais ou instalamos uma *app* no celular, estamos também a aceitar disponibilizar informações pessoais, como, por exemplo, a data do

nascimento, o número do telefone ou o próprio correio eletrónico, sem que tenhamos consciência do petróleo que estamos a disponibilizar.

A generalidades dos utilizadores concordam com os termos dos serviços sem sequer os ler. A forma como as grandes empresas tecnológicas chegam à nossa informação pessoal está bem vincada na política de dados do Facebook.

A rede social mais utilizada no mundo é clara neste ponto: "Recolhemos o conteúdo e outras informações que forneces quando utilizas os nossos serviços, incluindo quando te registas numa conta, crias ou partilhas e envias mensagens ou comunicas com outras pessoas". Foram criados mais dados nos últimos dez anos do que no resto da história da humanidade, criando um efeito de rede de dados, uma espécie de poço de petróleo.

As grandes empresas de tecnologia usam dados para atrair mais utilizadores, que vão criar mais dados, ajudando a melhorar os serviços, atraem mais utilizadores, que criam mais dados. Com tanta informação disponível, a indústria da publicidade é uma das mais ativas no que toca à exploração dos dados pessoais.

A acumulação de informações pessoais nas mãos das empresas é apenas um dos riscos de quem vive cada vez mais rodeado de supercomputadores prontos para recolher, analisar e partilhar dados. As aplicações fazem recolhas muito mais amplas do que as necessárias para as finalidades a que se propõem. Esta acumulação de informações tem um preço incalculável. Um verdadeiro petróleo que marca a dinâmica desta sociedade das redes.

2.4 Espaços. Entre o privado e o público. Onde estão as fronteiras na era do registo?

Durante muitos anos o "Diário" era o livro secreto onde o seu dono registrava as suas vivências, desabafos e parte de um quotidiano pessoal que se almejava como secreto e inacessível. Prevalencia no domínio do privado e do quase inatingível.

Agora, mudam-se os tempos, mudam-se as práticas. Hoje, os "Diários" são online, trocam-se os livros pelas redes sociais virtuais e o privado pelo público. Troca-se a escrita pelas fotografias. Troca-se o sentimento pelo momento.

Enfurece-se quando não há reações e os comentários não são de conveniência. Esta mudança configura uma alteração no domínio dos espaços e despoleta uma inflamada discussão sobre as suas fronteiras.

Para as ciências sociais, os espaços públicos interessam na medida em que são palco de interações sociais de um tipo específico.

O espaço é caracterizado como algo que só tem sentido a partir do uso que os indivíduos fazem dele, e não como uma variável a partir da qual o

comportamento individual é determinado e, simultaneamente, representa uma dimensão que só recentemente tem vindo a ser aprofundada e relativamente instituída na teoria social.

De facto, os desenvolvimentos sociedade da informação vieram criar novas formas de sociabilidade e de interação com os espaços. Todavia, os que não têm acesso à internet (estima-se que metade da população mundial esteja nesta condição) constituem uma categoria de atores privados destes novos espaços de sociabilidade, sobre os quais não recai, para já, a minha análise.

Por outro lado, os que produzem usos regulares dos espaços virtuais de sociabilidade são, hoje, foco do interesse da sociologia, não só pela quantidade de registos que o espaço virtual proporciona, mas, sobretudo pelos novos modelos de relação social que aí se desenvolvem. Tipos de plataformas, perfis de utilização e formas de uso são alguns dos caminhos que permitem ao sociólogo observar e tratar estes novos fenómenos sociais e a sua linkage aos espaços.

Obviamente, até há bem poucos anos, nem todas as relações de sociabilidade deixavam um rasto tão presente, levando à utilização, hoje, da designação de “pegada digital” para o rasto deixado pela ação humana nestes espaços de sociabilidade.

Até ao final do século passado eram aparentemente muitas, mas realidade ainda poucas, as ações humanas que deixam rastros. Havia as certidões de nascimento, matrimônio e morte; havia as multas, o cadastro penal, as fotos e os filmes das festas de aniversário. Poucos afortunados eram escritores, escultores e arquitetos. Hoje, pelo contrário, tudo é objeto potencial e efetivo de registo: um *like* no Facebook, uma aquisição com um cartão de crédito, um percurso a pé ou de automóvel e mesmo o amor que fazemos sozinhos ou com o nosso par (Rebalde & Romele, 2018, p.23).

Hoje, mais do que nunca, ganha uma nova centralidade a discussão entre espaço público e espaço privado. Quantos de nós se atreveriam a passear em biquíni na cidade onde residem? Quantos de nós ousariam participar num *big brother*? Quantos de nós abriram a porta de sua casa a um desconhecido?

São simples perguntas que recentrar o debate entre espaço público e privado no uso das redes sociais virtuais. Esta dimensão espacial ganha, nos nossos dias, uma nova centralidade no debate sociológico.

"Hoje a sociedade, ao contrário da sociedade tradicional, mas também ao contrário da chamada «sociedade do espetáculo», não é diferente dos mass media, porque cada ator social é potencialmente não apenas um utilizador, mas um produtor dos media. Então, aquilo que liga fenómenos tão diversos como a militarização e a mediatização é o registo: o traço distintivo das ARMAS, os filósofos diriam o seu eidos, é o facto de possuírem uma imensa capacidade de registo, que as torna muito mais poderosas do que os aparatos técnicos que as precederam" (Ferraris, 2018, p.59).

Sujeito a um processo socialmente construído, o espaço é um atributo crucial na análise do problema da ordem, um tema transversal às ciências sociais. Apesar do espaço se apresentar sob uma forma relativamente abstrata, possui implicações concretas, sendo ele próprio estruturador dos fenómenos sociais, na medida em que materializa relações de poder.

A especificidade deve-se ao seu caráter público, ou seja, aberto a todos e pela possibilidade de interações com desconhecidos. Distinto, portanto, dos espaços privados, restritos aos familiares e aos conhecidos. Esses dois ingredientes dos espaços públicos – abertura e interações com estranhos – convergem para uma relativa imprevisibilidade das interações e, não raro, para o conflito.

Por essas razões, ainda que os espaços públicos sejam abertos a todos, há restrições sociais que emergem no processo de interação e que fazem com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço público de um mesmo modo.

Pensar no uso das redes sociais virtuais remete-nos, hoje, para a necessidade de discutir os limites do espaço público e do espaço privado nomeadamente, as questões do acesso (ou não acesso), os limites (o familiar tornado público) e o uso construído (mostramos o que não somos).

Estas três categorias inter-relacionáveis constituem, na minha perspectiva, foco do interesse sociológico atual. Claro que podemos encontrar outras.

As redes sociais virtuais e o “post fácil” são armas que funcionam como aparatos técnicos de uso quotidiano num mundo em que objetos sociais em formato de rede ocupam uma centralidade nunca antes encontrada na história da humanidade.

A partir do momento em que a web e os seus dispositivos irrompem profundamente na nossa vida entrámos, de facto, numa terceira era, que proponho chamar «era do registo»: tal como na época da produção,

fabrica-se; como na era da comunicação, transmite-se, mas o que é fabricado e transmitido é um documento registado, destinado a permanecer onde se encontra e, além disso, a circular por um tempo e um espaço indefinidos. Cada utilizador é, simultaneamente, um produtor de informação postadas nas redes sociais. Ao mesmo tempo, cada contacto na web produz automaticamente informações e documentos sobre os utilizadores (Ferraris, 2018, p.65).

No quadro desta denominada «era do registo» aproprio-me da concepção de “fabricado” para me reportar à construção de dois egos que coexistem nas relações de sociabilidade dos atores sociais das redes sociais virtuais e a sua relação com o espaço. Regra geral, os usuários não se conhecem fora da rede e procuram passar algo de si com filtros de conveniência.

Estas novas formas de sociabilidade mediadas por dispositivos eletrônicos e fruto da facilidade de disponibilização dos registos, induzem os usuários a alimentar a sua plataforma com registos edíficos e desejáveis sobre o que almejam, estados de personalidade, ambições, estados de espírito e outros desejos que constituem um ego construído e que, regra geral, diverge o ego real. Este é, hoje, de fato, um desafio para sociologia, procurar descodificar as dinâmicas inerentes à coabitação de egos: o real e o construído virtualmente, os quais são fruto desta dinâmica entre espaço público e espaço privado.

Ferraris, enfatiza a facilidade com que hoje se produzem registos e que, em certa medida, me ajudam a consubstanciar esta minha tese dos dois egos.

"O hiper-registo, que comporta estruturalmente o desaparecimento do segredo, por pelo menos três motivos. Primeiro, os registos têm um custo baixíssimo. Segundo, há uma grande facilidade de publicação. No momento em que meio milhar de milhão de pessoas está no Facebook, significa que este meio milhar de milhão de pessoas decidiu deliberada mente ter pouquíssimos segredos (que depois estes segredos sejam interessantes é outra questão). Terceiro, ter acesso aos registos é fácil. Na Google há informações sobre milhões de pessoas, verdadeiras, falsas e frequentemente não atualizadas, mas há, e em poucos minutos obtém-se aquilo que há poucos anos teria exigido meses de investigação em arquivos, hemerotecas, registos civis (com ironia, porém, uma vez que enquanto procuramos informações

sobre outros, estamos a dar informações sobre nós) (Ferraris, 2018, pp. 80-81).

Hoje, as sociedades desenvolvidas vivem com este dilema. A facilidade com que se produzem registos que nos expõem de forma quase irrefletida conduz-nos até à necessidade de (re)pensar o uso do espaço. Para além na necessidade de reavaliar os conceitos de espaço público e espaço privado, surge também uma nova axiologia dos ecrãs, isto é, uso da rede virtual provocou uma tempestade no quadro dos valores sociais que nos coloca, presentemente, perante novos desafios na descodificação dos modelos de sociabilidade.

Considerações Finais

É um erro pensar que as redes sociais são exclusivamente constituídas por pessoas. Hoje, as redes sociais (todas elas) são constituídas por pessoas que se relacionam através da intermediação de objetos. Lembro-me, na minha adolescência, estar em casa dos meus amigos e jogar videojogos, uma novidade do início dos anos noventa.

E o que mudou agora? Mudou o tempo, os objetos e o processo de interação. Hoje, os meus filhos jogam Playstation, sem sair de casa, num tempo e espaço novo numa dinâmica que, em ambos os tempos, se mantém, com variação contextual. O que há de diferente neste exemplo? É o modelo de relação.

A sua negação, é negar a mudança social. Mudar socialmente é aceitar a transformação da sociedade e do seu modo de organização resultando na metamorfose de hábitos e costumes que deixam de fazer parte ou que começam a fazer parte do quotidiano das pessoas e que influenciam o desenvolvimento da sociedade. Mudam-se os tempos, mudam-se as práticas.

Quando explico aos meus alunos as dificuldades que tive no início do meu percurso académico para desenvolver os meus trabalhos de pesquisa, coloco-me a pensar como tudo teria sido diferente hoje.

O montes e montes de livros consultados, os quilómetros percorridos, e as horas a procurar um simples conceito no meio das montanhas de livros, são o oposto à facilidade que hoje temos no acesso à informação. A Google é hoje um símbolo dos modos de pensar, agir e comunicar. A geração Google, como os meus filhos, configura uma imensa categoria de beneficiados no acesso à informação.

Esta geração que já sabe (ou pensa que sabe) tudo, terá pela frente o desafio da gestão da informação e acesso a conhecimento. *Fake news*, textos e conceitos sem rigor científico, citações falsas, recomendações de hábitos desprovidos de fundamento, são fragmentos que os nativos desta realidade terão que enfrentar. Vem a informação, vai-se o conhecimento.

Hoje, o espaço da sociabilidade virtual e a forma instantânea como reproduzimos comportamentos, coloca à sociologia um enorme desafio: Para onde nos leva a sociedade das redes?

A principal mudança da sociedade das redes é, inequivocamente, o palco onde decorrem as relações sociais e se estruturam os laços. A comunidade, no seu sentido clássico, foi substituída pela rede, ou seja, hoje, este novo palco das relações sociais é amplamente dinâmico. Hoje, os laços são a prazo. A ruptura é constante. A intensidade é pautada pela efemeridade, numa lógica de relações de sociabilidade tipo on e off.

O que nos trouxe a sociedade das redes? De facto, a resposta à questão é complexa. Talvez, a “sociedade líquida” de Bauman nos dê pistas para resposta. Nesta sociedade das redes prevalecem o individualismo, a fluidez e a transitoriedade das relações sociais. As ações derivam de egos-voyeuristas, construídos pela sociedade das redes, em que a matriz axiológica rompe com as tradições clássicas do humanismo, prevalecendo a liquidez das relações, como a água de um rio que passa, e já não volta. Tudo é efêmero. Tudo é espetáculo.

Somos incapazes de manter a mesma identidade por muito tempo, o que reforça um estado temporário e frágil das relações sociais e dos laços humanos na sociedade das redes. Será este o caminho da sociedade das redes? O tempo o dirá!

Joaquim Fialho

Doutor em Sociologia pela Universidade de Évora e atualmente um dos mais conceituados analistas de redes sociais de Portugal. Escreveu diversos artigos e livros sobre o tema e é coordenador do Congresso Internacional de Redes Sociais (CIReS). Tem participado como conferencista convidado de vários eventos sobre redes sociais e coordenado projetos de investigação sobre o tema. É ainda investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e professor no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (Portugal).

Referências

- BARNES, J. **Redes Sociais e Processo Político**. in B. Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global, pp. 159-194, 1987.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BERKOWITZ, D. **An introduction to structural analysis**. Toronto, Butterworths, 1982.
- BLOOR, D. **Knowledge and Social Imagery**. London, Routledge, 1976.
- BURT, R. **Structural holes**. Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- CALLON, M. **Actor-network theory, the market test**. in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, London, Blackwell, pp. 181-195, 1989.
- COLEMAN, J. **Social capital in the creation of human capital**. *American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), pp. S95-S120, 1988.
- DEGENNE, A. FORSÉ, M. **Les réseaux sociaux; une analyse structurale en sociologie**. Paris, Armand Colin, 1994.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FERRARIS, M. **Mobibização Total**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- FIALHO, J. **Redes de cooperação interorganizacional**. O caso das entidades formadoras do Alentejo Central, Tese de Doutoramento em Sociologia, Évora, Universidade de Évora, 2008.
- FIALHO, J.; SARAGOÇA, J.; BALTAZAR, S. & SANTOS, M. **Redes sociais. Para uma compreensão multidisciplinar da sociedade**. Lisboa: Edições Sílabo, 2018.
- FRIEDKIN, N. **Structural Cohesion and Equivalence Explanations of Social Homogeneity**. *Sociological Methods Research*, 12, pp. 235-261, 1984.
- GOFFMAN, E. **Manicómos, Prisões e Conventos**. Brasil, Editora Perspectivas, 2003.
- GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**. *The American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380, 1973.
- GUERRA, I. **Reflexões Sobre os Métodos e Técnicas de Planeamento: acção colectiva e jogo estratégico de actores**. 2000.
- LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Toronto, Oxford University Press, 2005.
- LAW, J. **Organizing Modernity**. Oxford, Blackwell Publishers, 1994.
- _____. **After ANT: complexity, naming and topology**. in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, Oxford, Blackwell, pp. 1-14, 1999.
- MARSDEN, P.; LIN, N. **Social Structure and Network Analysis**. California, Sage Publications, 1982.
- MERCKLÉ, P. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris, La Découverte, 2004.
- MITCHELL, C. **Social networks**. *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299, 1974.
- MOLINA, J.L. **El análisis de redes sociales. Una Introducción**. Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2001.
- NADEL, S. **The Theory of Social Structure**. London, Cohen & West Ltd, 1957.
- OLSON, M. **A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos**. Oeiras: Celta Editora (1ª ed. 1965), 1998.
- REBALDE, J.; ROMELE, A. **A anti-hermenêutica de Maurizio Ferraris**. in M. Ferraris, *Mobibização Total*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- REQUENA SANTOS, F. **Análisis de redes sociales**. Orígenes, teorías e aplicaciones. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003.
- SIMMEL, G. **Cuestiones fundamentales de sociología**. Barcelona, Editorial Gedisa, 2002.
- SILVA, C.; FIALHO, J.; SARAGOÇA, J. (coord.) **Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos Práticos e Procedimentos com Ucinet**. Casal de Cambra, Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, 2013.
- VALENTE, T. **Network Models of the Diffusion of Innovation**. Cresskill, Hampton Press, 1995.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Networks analysis: methods and applications**. New York, Cambridge University Press, 1998.
- WATTS, D. **Six Degrees: The Science of a Connected Age**. London, Vintage, 2003.
- WELLMAN, B. **Network analysis: some basic concepts**. in Barry Wellman (ed.), *Sociological theory*, vol. 1, pp. 155-200, 1983.
- _____. **Social Structures: a network approach**. New York, Cambridge University Press, 1988.